



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 025

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 025**SUMÁRIO****Mesa Executiva 02****Presenças 02****Abertura da Sessão 02****Expediente:**

Mensagens

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto

Dep. Elton Carlos Welter

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Elton Carlos Welter.....

Liderança do PFL

Dep. Nelson Justus.....

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão / Votação:

Redação Final.....

3ª Discussão.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Discussão Única (Indicações)....

Requerimentos.....

Explicações Pessoais:

Dep. José Domingos Scarpellini....

Dep. Neivo Beraldin

Encerramento da Sessão**021ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE ABRIL DE 2006**

*(terça-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (48). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Caíto Quintana, Luiz Accorsi e Ratinho Júnior (05); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

(O Sr. Pedro Ivo Ilkiv assume a Presidência)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 030/06

Curitiba, 31 de março de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa, para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei visando autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel constituído pelas datas de terras nº 08, 09, 10, 11, 12 e 15, da Quadra nº 163, com área total de 2.556,00 m2 (dois mil, quinhentos e cinquenta e seis metros quadrados), com benfeitorias, situadas naquela municipalidade, conforme Matrícula nº 7.715, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

A medida ora proposta a essa augusta Casa de Leis, consulta aos superiores interesses públicos, eis que o imóvel cuja autorização para doação é objetivada será utilizado pelo Donatário exclusivamente na prestação de públicos da esfera municipal, retornando ao patrimônio do Estado caso haja utilização diversa daquela prevista.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel constituído pelas datas de terras nº 08, 09, 10, 11,

12 e 15, da Quadra nº 163, com área total de 2.556,00 m2, no referido município, conforme Matrícula nº 7.715, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, contendo benfeitorias.

Art. 2º. A área em questão deverá destinar-se exclusivamente à prestação de serviços públicos municipais, retornando ao patrimônio do Estado, caso seja comprovado destino diverso do aqui estabelecido.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 673

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Irene Zuchi.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 686

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais esta Casa, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Kazue Ideriba, com 85 anos de idade.

A falecida residia na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 687

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Motoi Yoshimura, com 87 anos de idade.

O falecido deixa viúva a Sra. Sagami Yoshimura, residente na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 679

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Francisco Kalazans, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 680

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sr. Paulo Aparecido Rosa, pelos relevantes serviços prestados a toda comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) MAURO MORAES

REQUERIMENTO Nº 674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. José Paulino.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 675

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Lúcio Spinelli.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Luiz Spinelli.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 688

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de moção honrosa ao Padre Dirceu Vegini, por sua nomeação, pelo Papa Bento XVI, como Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Curitiba-PR.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Cúria Diocesana de Curitiba, Rua Jaime Reis, nº 369, Curitiba - Paraná - Brasil, CEP: 80.510-010.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 689

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de moção honrosa ao Sr. Bohdan Metchko Filho, por sua posse ocorrida em 01.04.06, de novo Presidente do CA - Conselho Administrativo da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, desejando sucesso em sua gestão 2006/2007.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Rua Luiz Leão, nº 01, Centro Cívico, Curitiba - Paraná - Brasil, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 690

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de moção honrosa ao Sr. Paulo Roberto Lima Garçindo Fernandes de Sá, por sua posse ocorrida em 01.04.06, como Coordenador do CD - Conselho Deliberativo da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, desejando sucesso e felicidades em sua gestão 2006/2007.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Luiz Leão, nº 01, Centro Cívico - Paraná - Brasil, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 691

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de moção honrosa ao Sr. Anderson Schmidt, ex-Presidente do CA = Conselho Administrativo da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, pelos excelentes trabalhos realizados frente à sua gestão 2005/2006.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Luiz Leão, nº 01, Centro Cívico - Paraná - Brasil, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 692

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, da aprovação e o envio de moção honrosa ao Sr. Samuel Dayan Maraschini, ex-Presidente do CD - Conselho Deliberativo da CEU - Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná, pelos excelentes trabalhos realizados frente à sua gestão de 2005/2006.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao homenageado no endereço: Luiz Leão, nº 01, Centro Cívico - Paraná - Brasil, CEP: 80.030-010.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº 677

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, encaminhando correspondência do professor Roderley Gasparello e solicitando providências para o melhor funcionamento da referida escola, situada na Zona Rural do município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 678

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando para

conhecimento, o relatório das atividades da Arucel - Associação Representativa dos Usuários da Ceasa Londrina - e da Apronor - Associação Norte Paranaense de Horticultores.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 681

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, os adiantes nominados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, REQUEREM à Mesa seja oficiado ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, Cel. Almir Porcides Júnior, solicitando do mesmo providências no sentido da instalação do SIATE em Cascavel.

A densidade populacional daquela municipalidade comporta a implantação de serviço dessa natureza.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(aa) CIDA BORGHETTI

DOBRANDINO DA SILVA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 170/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 11.262, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Centro Novo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 11.262 que criou o município de Centro Novo, desmembrado dos municípios de Planalto e Pérola do Oeste.

A presente revogação tem fundamento no acórdão 20.322 de 14 de dezembro de 1995, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que homologou o resultado do plebiscito pelo qual as respectivas populações se manifestaram desfavoravelmente à criação do município de Centro Novo.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19 - ...

I -

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às

populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei (grifo nosso)

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 171/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogada a Lei n 11.262, de 21 de dezembro de 1995, que criou o município de Novo Pirapó.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o objetivo precípuo de revogar a Lei nº 11.262 que criou o município de Novo Pirapó, desmembrado do município de Apucarana.

A presente revogação tem fundamento no acórdão 20.319 de 14 de dezembro de 1995, do egrégio Tribunal Regional Eleitoral, que homologou o resultado do plebiscito pelo qual as respectivas populações se manifestaram desfavoravelmente à criação do município de Novo Pirapó.

Na forma constitucional, a criação de municípios está intrinsecamente vinculada ao desejo das respectivas populações, de acordo com os preceitos contidos no inciso II, do artigo 19, *in verbis*:

Art. 19 - ...

I -

II - a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de município far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal apresentados e publicados na forma da lei (grifo nosso)

Nestas condições, conclamamos aos nobres Pares desta Casa de Leis a procederem à devida revogação em acatamento da soberana decisão popular.

PROJETO DE LEI Nº 172/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a proceder à instalação de Ala dos Queimados no Hospital Regional de Paranavaí.

Art. 2º Os recursos para o atendimento à presente lei, serão os constantes no Orçamento Geral do Estado previsto para o exercício de 2007.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado está prestes a entregar às comunidades de trinta municípios, um amplo e moderno hospital.

A população de Paranavaí e região circunvizinha acompanham com enorme satisfação, cada tijolo assentado naquela obra, que significa o resultado do atendimento a um dos seus mais antigos pleitos. Sua aparelhagem permitirá a realização de procedimentos médicos e cirúrgicos, até então encontrados somente em grandes centros.

Dessa empreitada, participa a Prefeitura de Paranavaí, mais as prefeituras afiliadas à Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, a Amunpar, e principalmente, como investidor maior, o Governo do Paraná.

O Hospital Regional que se ergue em Paranavaí, com inauguração prevista para o próximo mês de maio, constituir-se-á em referência estadual e em motivo de orgulho para toda a nossa gente. Ouso, no entanto, Sr. Governador, norteador pela minha vivência na região, propor o presente plano de lei para acrescer ao Hospital Regional, as instalações necessárias para funcionamento de ala para atendimento às vítimas de queimaduras.

Os assentamentos dos atendidos pela Ala de Queimados do nosso Hospital Evangélico em Curitiba, justificam plenamente esse nosso justo pleito que, temos certeza, será objeto da maior atenção por parte do eminente Governador.

PROJETO DE LEI Nº 173/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Autoriza o Governo do Estado do Paraná instituir concurso escolar para criação artística do Selo Alevino.

Art. 2º A impressão do Selo Alevino será comercializada por intermédio de organismos de defesa da natureza devidamente reconhecidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 3º A renda decorrente da comercialização será totalmente revertida para as entidades envolvidas no repovoamento dos rios paranaenses - águas internas e limítrofes - através do processo de alevinagem.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Nunca um Governo investiu com tanta seriedade num programa destinado ao repovoamento dos nossos rios como no projeto de recuperação de matas ciliares, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente.

Propôs-se ao plantio de noventa milhões de mudas nativas nas margens dos nossos mananciais e ainda as protege com o fornecimento de cercas de arame, para garantir o seu desenvolvimento e conseqüentemente restabelecer não só a vida em suas águas, como o retorno de espécies da nossa flora e da nossa fauna, expulsas pelo desmatamento verificado na última metade do século passado.

Observamos, com satisfação, a adesão de entidades privadas como cooperativas agrícolas, por exemplo, à tarefa da transferência de um futuro mais seguro para as futuras gerações.

Para contribuir com a solidificação desse trabalho, proponho ao Governo do Estado, através da sua Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a instituição do Selo Alevino a ser escolhido por meio de concurso escolar, para adesivamento de veículos e cuja renda proveniente da sua venda por parte de organismos de defesa da natureza, reverter-se-á às entidades envolvidas na missão de repopulação dos nossos rios.

PROJETO DE LEI Nº 174/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Museu do Milênio, do município de Prudentópolis, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 07.738.940/0001-21.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos do Museu do Milênio, designada AAMM, constituída em 19 de novembro de 2005, inscrita no CNPJ nº 07.738.940/0001-21, com sede à rua Cândido de Abreu, s/nº, Praça Ucrânia, município de Prudentópolis, Estado do Paraná, tem por finalidade principal manter o museu dos objetos históricos da comunidade ucraniana, promover o aprimoramento e o desenvolvimento de suas atividades afins, estimulando a cultura, difusão do conhecimento e conservação do patrimônio histórico, cultural e artístico ucranianos, e, ainda, difundir o conhecimento do Museu junto ao público, prover o Museu do Milênio de um suporte financeiro, que garanta

sua manutenção, promover a obtenção de recursos e de doação destinados para a manutenção, desenvolvimento e execução de projetos e programas a serviço da associação, sugerir, estimular e realizar publicações e divulgações relacionadas com as produções nas áreas históricas, ciências humanas, práticas culturais e cultura popular da comunidade local, bem como, buscar meios para custeio de eventos a serem promovidos pela associação.

A aprovação do referido projeto facilitará esta entidade à execução de seus objetivos, uma vez que poderá contar com recursos oriundos do Poder Público Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 175/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Organização Rosa e Amigos (ORA), com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.04.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Organização Rosa e Amigos (ORA), com sede e foro nesta Capital, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade realizar atividades para a comunidade em prol da família, realizando atividades comunitárias que venham a favorecer a qualidade de vida relacionadas com convivência grupal, realização pessoal e inter-pessoal, tendo como meta a construção de um cidadão apto para solucionar os seus problemas e da comunidade.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos trazendo uma preocupação à Assembléia, na tarde de hoje, com relação à situação de dificuldade dos hospitais públicos e filantrópicos do Estado do Paraná. Aliás, é de se espantar quando ficamos sabendo dos números que envolvem este setor. Depois de analisar a fundo essa questão, chegamos à conclusão de que o modelo que está em vigor, que gere hoje esse sistema, é praticamente falido ou está em uma situação de pré-falência.

O SUS - Sistema Único de Saúde, está com a sua capacidade de atendimento esgotada. A própria Federação dos Hospitais e estabelecimentos de serviços de saúde informa, que desde o ano de 1990, nada mais, nada menos que setenta hospitais fecharam as portas no Estado do Paraná. Se compararmos o Paraná com São Paulo, lá, Sras. e Srs. deputados, neste mesmo período, foram construídos quatorze novos hospitais e em um sistema diferenciado de gestão. Esses hospitais são construídos pelo Governo do Estado, com recursos do Governo Federal e é repassada a administração desses hospitais, para organizações sociais de saúde, que têm a incumbência de encontrar um modelo de gestão específico, para continuar prestando um atendimento à população. Não é nada supérfluo o que estamos falando. Estamos falando de saúde. Quando se chega a essa conclusão, se analisarmos a origem de tudo isso, ela está na falta de repasses específicos, para que a solução de continuidade do atendimento continue acontecendo, o que acaba não ocorrendo.

A tabela do SUS, por exemplo, não é reajustada há dez anos. Como ter condições de prestar um serviço de qualidade, nessa área tão importante, que salva vidas, como é a da saúde, se não há investimentos adequados no setor?

O Ministério Público, corretamente, cobra um atendimento de qualidade digno para a população, mas não há condições de dar essa qualidade, por exemplo, se não há o reajuste da tabela dos valores do Sistema Único de Saúde há dez anos. No período entre 94 a 2005 a inflação, por exemplo, foi de 366%; a gasolina teve um aumento de 493%; a energia elétrica de 547%, e a tabela do SUS não é corrigida já há dez anos, em valores que seriam necessários para poder manter a qualidade dos serviços prestados. Consequência disso é que em Curitiba já fecharam sete hospitais; em Foz do Iguaçu, a Santa Casa também fechou; Umuarama, terra do Deputado Nelson Garcia, também teve fechado um hospital; Paranaíba, recentemente, à questão da Santa Casa; em Maringá um hospital municipal foi inaugurado em 2002, mas teve que ser terceirizado. Nós aqui fechando hospitais e São Paulo construindo. Podem até argumentar: mas como vamos comparar o Paraná com São Paulo?

Mas vejamos: temos que encontrar um outro modelo de gestão para beneficiar os nossos hospitais, para que não continuem sendo fechados e a população, que não tem condições de ter um plano de saúde, não sofra com a falta de continuidade no atendimento. É a preocupação que trago na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

A Mesa quer registrar a presença e dar as boas-vindas ao ex-Prefeito de Rebouças, Sr. Luiz Everaldo Zak.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Carlos Welter (PT)

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem esta tribuna foi usada para se falar da crise da agricultura e venho aqui para falar também um pouco mais sobre esse assunto e relatar um pouco da contextualização dessa crise, que não é uma crise apenas aqui do país, do setor agropecuário.

Na realidade, é uma crise de modelo, que sempre priorizou exportação e muitas coisas já avançaram do ponto de vista da linha programática do atual Governo.

Quero destacar várias ações que são importantes, porque senão se faz toda uma contextualização, porque as commodities são produtos que têm preço a nível mundial e quando há excesso de oferta, os preços caem. E aqui no país todos sabem que apenas doze empresas grandes controlam 90% dos insumos e elas tiveram lucros extraordinários e a reclamação da agricultura é exatamente o custo de produção.

Então, nossa saída é: como fazermos para baixar o custo de produção e há uma insistência grande no Congresso Nacional, há uma vontade também do Governo que esses insumos abaiquem e uma das propostas é conseguir quebrar esse grande monopólio que existe sobre os fertilizantes, que está na mão de apenas doze empresas que controlam 90% do mercado, que se trata dos produtos genéricos, para podermos importar esses produtos genéricos para baixar o custo de muitos insumos da agricultura como um todo.

Vou falar de algumas medidas que são consideradas avanços e que depois, se der tempo, Sr. Presidente, queria falar de ações concretas para amenizar a crise. Alguns avanços: foi feita a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito de milhares de agricultores familiares e assentados; aumento de 375% no volume de recursos disponíveis aos agricultores familiares que acessam o Pronaf, saindo da casa de 2,4 bilhões de reais em 2002 para nove bilhões de reais para a safra 2005, 2006 - a média anual de contratos até o fim do Governo anterior foi de novecentos e nove mil contratos e no Governo Lula é de um milhão, quatrocentos e vinte e seis mil contratos, um aumento significativo; criação da Secretaria Nacional da Aquicultura e Pesca; fortalecimento da assistência técnica e extensão rural como política pública, inclusive através do aumento da aplicação de recursos em convênios com entidades de assistência técnica em extensão rural, como o caso da Emater no Paraná; entidades de assistência técnica contrataram mais de dois mil e quatrocentos profissionais, com destaque para os estados da região Norte, principalmente; instituição de programas de apoio à agricultura familiar, com o benefício Garantia-Safra, o Seguro Agrícola para a agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que já funciona em uma infinidade de municípios aqui no Paraná.

Implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, o qual, ao longo dos três anos, já assentou duzentos e trinta e sete mil famílias; beneficiou cento e trinta e mil famílias com créditos para habitação e quatrocentos e cinquenta mil com assistência técnica.

Em termos sociais também destaco os seus avanços, Deputada Luciana, na habitação rural, tão defendido por V. Exa. eletrificação rural, que é o Programa Luz para Todos, saúde e educação no campo (Pronera) e o combate ao trabalho escravo.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Então, a saída, Sr. Presidente, é uma questão conjuntural e já se fala na MP do Bem, da Agricultura. E essas propostas precisam ser atendidas para salvar o nosso pequeno agricultor e para sair desse quadro.

Então, existe uma descapitalização, de fato, do produtor em função dos elevados custos de produção, também, aliadas à desvalorização cambial e naturalmente o agricultor está descapitalizado. E como sugestões que são apontadas para a diminuição dessa crise, relato algumas delas que foram elaboradas, juntamente com a equipe técnica de membros da Agricultura, da Bancada Federal, do Núcleo Agrário do meu Partido, que tratam das seguintes questões na área da comercialização: medidas imediatas: liberação de recursos para AGF e EGF para milho, feijão, trigo e outros produtos; reajuste do preço mínimo do milho, trigo, mandioca, feijão e outras culturas da agricultura familiar, conforme a inflação do período; suplementação orçamentária e liberação imediata de recursos do PAA, previstos para 2006.

Medidas de médio prazo com relação à comercialização: ampliação da capacidade física de armazenagem com a construção de novos armazéns, em parceria com as cooperativas da agricultura familiar; fortalecimento da Conab, medida de médio prazo; fortalecimento do comércio justo e solidário com outros países; aumento dos recursos para a safra 2007.

Com relação à reforma agrária e acesso à terra: ajuste dos índices de produtividade, medidas imediatas; agilização da liberação do crédito fundiário; retomada da negociação para a criação do novo crédito específico para assentados da reforma agrária.

Medidas para a assistência técnica: liberação imediata e não contingenciamento dos recursos orçados para o ano de 2006. É fundamental que o Congresso aprove o Orçamento para implementar essa ação; atender às demandas das entidades que trabalham com assentados da agricultura familiar, incluindo pagamento de pessoal e contratos plurianuais. Programas de assistência técnica, extensão rural, específico para acompanhamento de famílias com dificuldades financeiras, no caso, da crise deste momento.

Ação imediata: garantir para agricultura familiar dez bilhões para safra 2006/2007; equalização de recur-

sos de custeio e investimento para o BNDS atender aos sistemas cooperativos credenciados; criação de uma linha de crédito orientada para refinanciamento de dívidas de agricultores familiares com dificuldade financeira, vinculada a um plano de reconversão da produção, ou seja, equivalência/produto; renegociação e alongamento da dívida referente ao crédito rural dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária e com relação ao crédito. alteração da MP 285.

Com relação a custo de produção, agilizar os defensivos, agilizar os registros dos defensivos genéricos, articular a ação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Anvisa - este é um item que é imprescindível - infelizmente há um lobby muito forte no Congresso Nacional onde não se permite, em função do controle de doze grandes empresas que controlam os 90% dos insumos neste país, eles fazem toda uma força para que a aprovação desses registros desses defensivos genéricos que baixaria significativamente o custo de produção da agricultura, está havendo uma pressão muito forte por parte dessas empresas, e há dificuldade de avançar. É uma ação que precisa de muita força e empenho das lideranças para que o registro de defensivos genéricos seja aprovado.

Medidas de incentivo à fabricação de tratores e demais máquinas populares - isto para diminuir custo de produção - implantação de centros de capacitação, transferência de tecnologia e produção de sementes adaptadas, em parceria com Embrapa, MDA, junto com as prefeituras e entidades.

Outro item para diminuir custo de produção seria de redução em pelo menos 30% no preço do óleo diesel para a agricultura, com limite de litros por produtor - esta é uma medida muito importante porque se pegarmos o cadastro dos nossos agricultores familiares, para quem tem propriedade, sabe-se, com a máquina agrícola, quantas hora/máquina precisa para cultivar, em média. Daria para fazer uma medida concreta no sentido de subsidiar parte do óleo diesel - isto ajudaria significativamente o agricultor.

E também um programa de melhoramento genético para o rebanho bovino da agricultura familiar.

Com relação à agregação de valor à produção da agricultura familiar, medidas rápidas, que seriam possíveis: regulamentação da Lei 9712/98 que cria mais oportunidades de mercado para as pequenas e médias agroindústrias.

Outro item: realização de um amplo programa de divulgação e implantação do novo regulamento, em parceria com entidades da agricultura familiar, com relação à venda dos produtos das agroindústrias - estas são medidas para agregação de valor e ter mais renda na agricultura deste país.

Ampliar a participação da agricultura familiar no programa biodiesel - também é uma forma de baixar custo de produção e melhorar a renda da agricultura.

Políticas sociais - com relação à habitação, ampliar ainda mais, em 20% os recursos. Previdência rural:

garantia de avanços na legislação para que tenhamos aposentadoria digna aos agricultores familiares. E também com relação ao seguro da agricultura familiar: criação de um conselho gestor nacional, com a participação e representação da sociedade - criação de conselhos estaduais e regionais municipais de gestão participativa. Prêmios diferenciados para culturas e sistemas produtivos - criação de fundos municipais e estaduais complementares e garantir a liberdade de organização e representação das cooperativas e programas de apoio ao cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária.

O seguro da agricultura familiar é um processo recente, foi instituído em setembro de 2004, muita coisa ainda precisa avançar nessa questão e muitos produtores já são beneficiados por esse seguro agrícola que funciona desde setembro.

Estas, Sr. Presidente, são, dentre tantas outras, medidas possíveis para o momento e acredito que nosso Governo será sensível porque não impactam tanto recurso e amenizará a crise, principalmente dos pequenos e médios agricultores deste país.

Muito obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de comunicar a esta Casa que, no dia 31 de março solicitei a minha exoneração do cargo de Secretário de Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba, junto ao Governo do Estado e agora estamos retornando, com muita satisfação, à nossa Casa, à nossa Assembleia Legislativa.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa lhe dá as boas-vindas.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres convidados na tarde de hoje.

Ontem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná derrubou o projeto de lei de nossa autoria, que visava maior controle de repasses públicos para publicidade e propaganda, sobretudo àqueles que têm ou detêm mandato eletivo ou que sejam proprietários de rádios ou estejam na programação, como programas da responsabilidade de alguém com mandato eletivo.

Nós, recentemente, assistimos em Brasília o chamado Valerioduto. O que foi o Valerioduto? Aparentemente, segundo as entrevistas do relator, é dinheiro público repassado para o Valerioduto que voltava para alguns Deputados que, inclusive, foram cassados e escrevem uma história negra neste momento, no país!

Pedi à minha assessoria para que fizesse uma avaliação rápida sobre alguns recursos repassados aqui no Paraná e eu enfoquei três municípios. Primeiro, o município de Guarapuava: vejam que os recursos repassados no primeiro levantamento, nessas três folhas, são 11 milhões 335 mil reais. São as agências Loducca, que é a Bahia e de Brasília, a Propec que é também intermediária, então aqui, nestas três primeiras folhas tem esse valor.

Depois, vamos encontrar outros repasses que, sinceramente, impressionam a qualquer cidadão de bom senso, neste país. Eu até não sei por que o Ministério Público Estadual, tendo em suas mãos esses repasses, não tenha tomado uma providência mais enérgica.

Rádio Atalaia - Guarapuava - valor líquido do repasse: 66.672,

Rádio Cacique - 71.062.

Rádio Guairacá - 275.000.

Jornal Diário, Rádio Atalaia outra vez, Rádio Difusora do mesmo município, 41 mil bruto, 33 líquido, porque fica a parte da agência. A Rádio Atalaia 66 mil e a Rádio Difusora outra vez, Rádio Atalaia outra vez, com valores expressivos. Acima de trinta mil cada repasse. A Rádio Atalaia outra vez aqui, Rádio Difusora, Rádio Guairacá. Total nessa folha, 677 mil reais.

Depois, vamos avançando e vamos constatando repasses absurdos, verdadeiramente absurdos, sobretudo se pararmos para pensar um momento sequer. Quanta gente passa fome, quanta gente labuta para ganhar o sustento da sua família, trabalhando em diversos setores da economia de sol a sol, para levar o sustento à sua casa, aqui está evidenciado que somente com muito respaldo político seria possível conseguir essa verdadeira fortuna, repassada para a imprensa de Guarapuava e Cascavel.

Na verdade, o Governo Lerner gastou em publicidade e propaganda, só em 98, 134 milhões. Lembra-se que na época, o real era um por um. Então, 134 milhões de dólares. Lembrem que só em 98, de junho a outubro foram 36 milhões de reais, ou leia-se dólares. Foi o equivalente a 2,5% da Receita do Estado. Agora, por que o Jornal Diário Total, de Guarapuava, outra vez, por que essa Rádio Guairacá, Globo, recebiam essas fortunas? Vejam que a Rádio Atalaia, num dia, 83 mil. No outro dia, 41 mil e setecentos e alguma coisa, e vai e vai e vai. Rádio Difusora, 83 mil; Rádio Cultura AM-total, a mesma coisa. Rádio Guairacá, Globo, total 102 mil e vamos em frente.

Rádio Atalaia - Total, mais e mais e mais cento e sessenta e poucos mil.

Jornal Diário - Total - 175.000 reais.

De 2000 a 2002:

Diário Total - 78.132,09.

Jornal Diário - 51.610.

Rádio Atalaia - Total - 175.000,00.

Rádio Cacique - Rádio Cultura AM, Rádio Difusora, Rádio Difusora Total, Rádio Guairacá, incluindo a TV Tibagi: 861.000,00 reais nessa folha de levantamentos e documentos.

Então, Sras. e Srs. Deputados, estamos num processo de avaliação por parte da nossa equipe, de todos esses repasses, incluindo rádios, jornais, TV. Vou dizer uma coisa que pode espantar a todos. É muito provável, no Governo Lerner, que os municípios de Guarapuava e Cascavel tenham recebido mais dinheiro em publicidade e propaganda, do que a própria e, disparado, da questão de segurança. Eu não vou me deter a revelar nome por nome, porque o plenário está absolutamente sem quórum, porque ontem o que parecia mais importante da Ordem do Dia, era a derrubada do projeto de lei que previa uma maneira de conter esse gasto desenfreado que vem acontecendo no Estado do Paraná, enquanto a nossa agricultura, enquanto o nosso agricultor recebe como apoio, duzentos, cem reais, a rádio da cidade recebe milhões.

Não é possível continuarmos assim, porque a nossa agricultura não industrializa a sua matéria-prima. Deixa de agregar valor da produção à industrialização e à venda do nosso produto.

Mas, segue uma cultura no Estado, de que é preciso fazer propaganda, é preciso transformar os governantes em verdadeiros ídolos de massa, porque é com o dinheiro do povo, e é muito fácil estar todo o dia na televisão e no rádio. É muito simples você, através de influência política, como aconteceu em Brasília, como aconteceu aqui no Paraná, que o povo até 2029 pagará

esta conta, porque grande parte dos recursos foram retirados do Banestado. Saneado o Banco com o dinheiro emprestado e socializado o prejuízo até março de 2029, a prestação hoje de 52 milhões de reais por mês, reajustáveis todos os meses, até março de 2029, daria para construir quatro mil casas populares por mês ou daria para comprar três mil e quinhentos carros populares para atender à Saúde, à Educação e à Segurança.

Estamos à espera da resposta do requerimento feito ao Sr. Airton Picetti, sobre a atual Administração, na questão de publicidade e propaganda. Não temos ainda em mãos porque ele ainda não respondeu o nosso requerimento, que ainda está dentro do prazo - diga-se de passagem - mas precisamos da resposta para que possamos avaliar como se comporta o Governo atual. Mas, vejam em 2002, na prestação de contas o que diz o Tribunal de Contas:

(Lê):

Ressaltou a Inspeção que os gastos com divulgação e propaganda em 2002 foram 10,07% superiores ao apurado no exercício anterior, não computados os gastos realizados pelas Empresas de Sociedade de Economia Mista (Agência de Fomento do Paraná, Copel, Sanepar e Cohapar). Observou ainda que houve repasses com divulgação e propaganda sem a devida autorização pela Secretaria Estadual de Comunicação Social - SECS.

Valores em Reais Mil

Anos	1998	1999	2000	2001	2002
Gastos com publicidade e propaganda autorizados	134.365,74	39.424,25	66.027,65	75.951,25	83.601,26

Dinheiro que falta para escolas, para educação, para a saúde, para o desenvolvimento agrícola, para o bem-estar social.

Vamos ver o que diz preliminarmente o Tribunal de Contas, aqui, segundo a prestação de contas do atual Governo de 2004.

(Lê):

Em dezembro de 2003, em face da Concorrência nº 01/03, foram declaradas vencedoras dez empresas. Vale lembrar que o processo licitatório foi aberto em razão do Decreto nº 164/03, que anulou as prorrogações

dos contratos existentes até então, relativos à Concorrência nº 01/00.

Em 2004, nova Concorrência foi realizada (nº 01/04) para atender a órgãos da Administração Indireta não contemplados pelo Edital 01/03. Neste exercício foram gastos R\$ 48,5 milhões em divulgação e propaganda, ou seja, 0,28% da despesa total do Estado.

O que realça-se ao se manusear as Contas do Estado neste aspecto, é que as Sociedades de Economia Mista foram responsáveis por 51,61% do total gasto em publicidade.

Os quatro maiores executores de gastos são:

Órgão/Entidade	Despesa Executada (em milhões R\$)	% do Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	15,884	32,73%
Departamento de Trânsito do Paraná - Detran	9,125	18,81%
Companhia Paranaense de Saneamento - Sanepar	7,621	15,71%
Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS	5,887	12,13%
Subtotal	38,517	79,38%

Do total gasto em Divulgação e Propaganda em 2004, os custos com publicações oficiais correspondem a 32,34%. É muito menos se dolarizarmos como era dolarizada anteriormente, mas vejam o percentual. Comparando-se com o exercício de 2003, os gastos com Divulgação e Propaganda cresceram 336,89%. O acréscimo é justificado pelo Governo pelo fato de em 2003 haverem sido anulados os contratos existentes.

Não queremos passar para a história como alguém que passou por aqui com o mandato do povo e não viu, ou fez de conta que não viu o que aconteceu.

Não é outro o nosso propósito se não tentarmos, com essas ações e com esses depoimentos, exaltarmos esta Casa para que ela se faça cada vez mais presente, no seu papel fiscalizador, no seu papel de responsabilidade de fiscalizar o Orçamento Público, acompanhar a aplicação, analisar o que é que o Tribunal de Contas está fazendo. Porque aqui a Comissão de Tomada de Contas recebeu do Tribunal de Contas, parecer favorável, nos anos 2002, 2003 e 2004. Favoráveis pelos conselheiros. Tramitou pela Comissão de Tomada de Contas. Eu só quero o parecer da Comissão de Tomada de Contas. Baseado em quê, que ela concorda com o parecer do Tribunal de Contas? Porque o que os conselheiros dizem não é o que os técnicos escreveram.

Então, Deputado Duílio, V. Exa. como Presidente da Comissão de Tomada de Contas desta Casa, é só o relator explicar oficialmente ou passar oficialmente, para que se conclua uma missão determinada pelo Presidente Hermas Brandão. Porque no ano retrasado, quando era para ter sido votado nesta Casa as contas de 2002, 2003 e 2004, pedi então ao Presidente Hermas Brandão: Presidente, tendo em vista que esta Casa aprovou oito anos passado, num único dia, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, gostaria que V. Exa. me desse a incumbência de analisar com mais profundidade as contas, para que quando chegasse no plenário, nós tivéssemos perfeito conhecimento da situação administrativa e da aplicação dos recursos elaborados através do orçamento. Aprovado por esta Casa.

Então, o Presidente Hermas Brandão determinou, concedeu-me todos os documentos para que a nossa equipe fizesse uma análise e, ele não colocou na Ordem do Dia. Exatamente para que chegasse aqui com mais informação, com uma análise mais aprofundada.

É preciso, para dar sequência a essa análise do parecer da Comissão de Tomada de Contas, em relação a essas contas de 2002, 2003, e 2004. Porque é evidente que a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia se reuniu, certamente o Deputado Duílio designou um relator. Esse relator deve ter analisado as contas com muito cuidado e deve ter justificado o porquê que concordava com o Tribunal de Contas em relação à despesa do Governo sobre várias áreas: saúde, educação e segurança.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Deputado Duílio Genari.

O Sr. Duílio Genari (PP)

Deputado Neivo, eu, por várias e várias vezes já informei a V. Exa. que é muito fácil conversar com o Presidente, porque as contas não estão nas nossas mãos. O parecer está lá. V. Exa, sem dúvida nenhuma, tenho certeza de que se for no lugar certo, o senhor terá com certeza a possibilidade de ter o parecer em suas mãos. Não existe mais nas nossas mãos. O processo já está devolvido à Mesa desta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Pois bem, mas verbalmente, Deputado Duílio, nós já conversamos muitas vezes e V. Exa. me disse, mas gostaria de ter oficialmente, porque quando se faz uma análise contábil, financeira, sob a ótica do que é uma administração pública, deve-se fazer uma análise momento a momento.

O que é que nós fizemos na Comissão de Fiscalização e Controle? Fomos lá buscar o que os técnicos do Tribunal de Contas escreveram. E na sequência, verificamos, ignorando aquilo que os técnicos escreveram, os conselheiros se reuniram e deram um parecer - embora com ressalvas - veio para esta Casa. Qual é o trâmite desta Casa? Primeiro, receber a análise das contas do Governo, é a Comissão de Tomadas de Contas. Então, certamente há de ter um parecer, há de ter uma justificativa, por que isso foi aprovado?

Agora, V. Exa. me disse que para fosse no local certo. V. Exa. poderia me dizer qual é esse local certo, para que eu saia daqui, neste momento, e vá buscar? Ou V. Exa. pode ir comigo, para buscar esse relatório?

O Sr. Duílio Genari (PP)

Nada mais fácil do que V. Exa. se dirigir ao Presidente desta Casa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Presidente desta Casa? O Presidente desta Casa, Deputado Duílio, conforme o Regimento Interno, diz claramente que a prerrogativa de colocar os projetos em pauta na hora em que ele bem entender, aqueles que ele bem entender. Esta é a prerrogativa do Presidente. Agora, tenho certeza de que o Presidente Hermas Brandão não tem por que dificultar o acesso a esta informação tão simples. Tão simples! É muito simples.

É uma questão de decidirmos o caminho que vamos caminhar. Se vamos caminhar fazendo de conta, muitas vezes, de que desconhecemos certas matérias e concordamos, ou vamos mudar para melhor, para o povo. O que é melhor para o povo? Por que o povo elege um Deputado Estadual? Elege para que ele fiscalize a aplicação dos recursos públicos. Elege para que ele faça boas leis. Elege para que ele se pronuncie na tribuna.

Nestes dias que passaram assisti, com muito prazer, a um grande pronunciamento de um grande Deputado desta Casa, chamado Durval Amaral, quando ele batia no peito e dizia: eu tenho orgulho da minha função

parlamentar, porque tenho a prerrogativa dada pelo povo para falar, tenho a imunidade da palavra, tenho a imunidade da ação.”

Então, Deputado Durval, eu tenho um grande conceito, porque V. Exa. é altamente eficiente e competente. Fiquei observando esta atitude de V. Exa. E fico observando também a atitude de alguns outros, que fazem de conta que estão legislando, fiscalizando, em nome do povo. E às vezes podemos até imaginar, para simplificar, que se elegem alguns com o voto do povo e depois acaba virando voto do Governador.

Até parece que o Governador assina carteira. Governador não assina carteira de Deputado. Quem assina carteira de Deputado é o povo. Tem que ser independente. Tem que ter coragem. Tem que ser franco. Tem que ser honesto com a verdade. Não podemos mais continuar neste país assistindo pelo rádio, televisão e jornais a essa mesmice, a essa mesmice!

Eu, que tenho exaltado esta Casa ao longo dos vinte anos! Eu que tenho procurado exaltar cada colega! Tenho procurado ser companheiro de cada um, mas, hoje, não tenho o privilégio de ter a honraria de ter a simpatia da maioria da Casa. Mas, o tempo dirá, mostrará que o nosso único objetivo é colocar o dedo na ferida, porque o povo não aguenta mais viver sobre notícias que levam país de família ao desespero.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB, Bloco PTB/PL/PMR, PPS, PDT.

(**Declinam**)

No horário do PFL com a palavra o Deputado Nelson Justus.

Liderança do PFL: Deputado Nelson Justus

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero ocupar esse pequeno espaço que tenho para me contrapor ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin, não é justo que V. Exa. diga que entre os 53 Pares desta Casa, V. Exa. não seja simpático a eles, pelo contrário, V. Exa. é muito simpático a todos eles. Não cabe a nós outros aqui, essa pecha que o antipatizamos, de maneira alguma.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apresento, neste momento, e já colhi as dezoito assinaturas suficientes, uma emenda constitucional.

Estudamos com cuidado com os nossos assessores, tenho alguns constitucionalistas que nos ajudaram nisso, para que apresentássemos uma emenda à Constituição do nosso Estado.

Não vou me ater a detalhes da emenda, porque isso ocorrerá fatalmente nas comissões.

O objetivo dessa emenda é abolir de vez por todas com o binômio voto secreto nesta Casa.

A partir de aprovada essa emenda, não teremos mais para nada, o voto secreto na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

No momento em que o Brasil muda, o Paraná avança, esta Assembléia Legislativa dá uma demonstração de maturidade todos os dias. Desde a sua informatização, teremos, em breve, a TV Assembléia. Nossos eleitores estarão nos fiscalizando diretamente. E disse muito bem o Deputado Neivo Beraldin: “não foi o Governador do Estado que nos elegeu, nenhum Conselheiro do Tribunal de Contas, nem nenhum Desembargador, ninguém do Ministério Público”. Quem nos colocou aqui foi a população. E é a ela que devemos as respostas. A partir do momento que tenhamos a TV Assembléia e que votemos abertamente, sem medo e sem correr risco de ser pressionado por ninguém, estaremos, efetivamente, exercendo o papel para o qual fomos escolhidos.

Aliás, a história dos covardes que a história não fala, é verdadeira. E queremos, aí sim, com essa emenda constitucional, mostramos que esta Assembléia, ao contrário do que pensam alguns, é uma Casa de homens e mulheres de bem, de gente com coragem, de gente decente e que, sem dúvida nenhuma, pela receptividade que tive quando fui colher as assinaturas necessárias para o ingresso do projeto, não teremos dificuldades em aprová-lo.

Agradeço a todos os meus companheiros; agradeço à Mesa Executiva; a todos aqueles que colocaram o seu autógrafa nessa emenda. Tenham certeza de que damos uma demonstração viva de firmeza. Apenas um Estado do Brasil aprovou essa emenda, que é São Paulo. A Assembléia Legislativa do Paraná, seguramente, será a segunda Assembléia do Brasil a abolir de vez com o binômio “voto secreto”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Lideranças do PSDB, PMDB, do Governo e da Oposição.

(**Todas declinam**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 48 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Gostaria que V. Exa. determinasse se há quórum para prosseguimento desta Sessão e gostaria de solicitar a chamada nominal para que fique registrado nos Anais os presentes e os ausentes também, porque aparentemente não há quórum para seguir a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, que proceda à chamada nominal.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Quarenta e um Deputados estão presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Portanto, há quórum para continuidade da Sessão.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, autorizando o Poder Executivo a ceder ao município da Lapa, o imóvel que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 694/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, concedendo Cidadania Benemérita do Paraná ao Padre Reginaldo Manzotti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA

EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 752/05, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 064/05, autorizando o Poder Executivo a doar os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná para o município de Boa Esperança. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no município de Curitiba, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 032/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Instituto Mauro Goulart, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/06, aprovando abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao orçamento das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Transportes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, ICMS - concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica e adota outras providências sobre o tributo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declarando de Utilidade Pública a Organização Família Legal - Famileas, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 132/05, de 28/11/05)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 743/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, declara de Utilidade Pública a Organização Família Legal - Famileas, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 779/05, de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Ivo Antônio Pegoraro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 140/05, de 07/12/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 779/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de Cidadão Honorário ao Sr. Ivo Antônio Pegoraro.

Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13.115 de 14/02/2001, a respeito do título de cidadão honorário:

Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - tem em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

No mérito, não há impedimento quanto ao regular seguimento do projeto.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, ao Projeto de Lei nº 779/05.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

Por se tratar de título de Cidadão Honorário, solicito à 1ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados, para a votação)

Quarenta e sete Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido os Deputados Cleiton Kielse, Padre Paulo e Renato Gaúcho, para o escrutínio dos votos.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Luciana Rafagnin**)

Sr. Presidente, votaram quarenta e seis SIM e um voto em branco.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está aprovado o projeto.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 111/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Centro de Estudo Superior de Apucarana - CESA, com sede e foro no município de Apucarana. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/06, de 20/03/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 111/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de Utilidade Pública o Centro de Estudo Superior de Apucarana - Cesa, com sede e foro no município de Apucarana.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Indicações)

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/06, de autoria do Deputado Reni Pereira, sugerindo ao Detran-PR - Departamento Estadual de Trânsito do Paraná, a criação de programa ou parceria, que permita a doação a entidades sem fins lucrativos de portadores de necessidades especiais, de motos apreendidas pelos órgãos fiscalizadores, para adaptação ou transformação em cadeiras motorizadas. **Aprovada. (Publ. no DA nº 019/06, em 27/03/06).**

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 006/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, sugerindo criação de programa de apoio às mulheres com neoplasia trofoblástica gestacional no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 021/06, em 29/03/06).**

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 007/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, sugerindo a realização de exames oftalmológicos nas escolas públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências. **Aprovada. (Publ. no DA nº 021/06, em 29/03/06).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 673 a 678, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 679 e 680, de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681, de autoria da Deputada Cida Borghetti e do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 686 e 687 de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 688 a 692, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 694, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso do expediente neste momento, para fazer um protesto contra uma ação do 3º Sargento da Polícia Militar, José Marques, lotado no Siate, Corpo de Bombeiros, na cidade de Rolândia.

Nessa cidade, no último sábado, o Sr. Geraldo Borges, aposentado, com 75 anos de idade, passava com seu carro, um fusca, pela rua e bateu de leve no carro em que estava esse sargento, que desceu do carro e foi tirar satisfações com o aposentado de 75 anos, Deputado Rossoni, agredindo-o fisicamente. Arrastou-o de dentro de seu carro e, puxado pelas ruas, espancou um homem um homem de 75 anos, quebrando-lhe vários dentes, ferindo-lhe o rosto com várias bofetadas. A covarde agressão só parou pela intervenção de populares que observavam a lamentável cena e que com muita dificuldade conseguiram fazer com que o policial militar parasse de socar e chutar o aposentado. Aliás, esses mesmos cidadãos são testemunhas do Sr. Geraldo Borges, vítima da covarde agressão.

Depois disto, os dois carros foram apreendidos e o aposentado e o militar foram para a Ciretran para o registro da ocorrência de trânsito. A família da vítima providenciou o Boletim de Ocorrência e na Delegacia de Polícia está providenciando o laudo de lesões corporais sofridas pelo aposentado de 75 anos.

Ao mesmo tempo, a família Borges está exigindo a abertura de inquérito policial militar, IPM, para que seja constatada a conduta irregular, arbitrária e prepotente do 3º Sargento, José Marques, e que sejam adotadas todas as providências cabíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. deputadas: estamos encaminhando à Mesa um requerimento pedindo o imediato afastamento desse sargento do Siate, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar de Rolândia.

Isso é uma prática que, lamentavelmente, ainda existe na nossa corporação da Polícia Militar do Paraná, mas nós, a Assembléia Legislativa, quando tomamos

conhecimento, temos que pedir as providências necessárias e através da Comissão de Direitos Humanos, que somos Presidente nesta Casa, estamos encaminhando ao Coronel Xavier, Comandante da Polícia Militar do Paraná, um pedido de providências, assim como estamos encaminhando à família do Sr. Geraldo Borges e seu filho Maurício Borges, que é um jornalista enviado da Gazeta do Povo para a região de Apucarana, Arapongas e o Vale do Ivaí, e que por quarenta anos exerceu as atividades de jornalismo e de rádio na cidade de Rolândia.

Portanto, fica aqui o nosso apelo à Bancada do Governo, ao Líder e àqueles que transitam na esfera de Governo para que tomem as devidas providências com relação ao fato que aqui narramos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvimos aqui o clamor e as palavras do Deputado Neivo Beraldin, com relação à votação de matéria que entende o Deputado Beraldin ser de suma importância para a vida política e para a moralização do Estado do Paraná.

Queremos alertar o Deputado que o projeto apresentado nesta Casa por V. Exa., é uma repetição daquilo que já está no artigo 58, inciso II, letra "a" da Constituição do Estado do Paraná, que proíbe a qualquer Deputado, Vereador, Prefeito, Governador, que esteja no exercício do mandato, ou afastado dele, proíbe contratar, com entes públicos, com rádios, com jornais.

Os Deputados proprietários de rádios estão proibidos, pela Constituição do Estado do Paraná. Então, a proposta do Deputado Neivo é uma redundância, só iria trazer para cá aquilo que já existe! Diante disso, a Assembléia ontem, por uma maioria absoluta aqui, esmagadora, não aceitou a proposta do Deputado Neivo Beraldin.

Quero dizer que a proposta que diz a políticos, ela não especificou ali se era Deputado, Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito; filiado num partido político também é político. O projeto do Deputado Neivo Beraldin tratava lá: políticos não poderão manter relação com os organismos de Estado com relação à contratação de rádios, jornais...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Solicito um aparte a V. Exa., Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Estou falando em Explicações Pessoais, não tem aparte. Ontem o senhor estava falando, eu pedi, o senhor falou a mesma coisa para mim.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Queira desculpar por eu estar pedindo um aparte na hora inoportuna e eu queria explicar a V. Exa. o que é o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Está assegurada a palavra ao orador, Deputado Scarpellini.

Será descontado, Deputado Scarpellini, os minutos de interrupção.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Obrigado.

Entendo a preocupação do Deputado Neivo Beraldin, que leu um relatório aqui que realmente chega a assustar as pessoas com as expressões dos milhões que foram pagos, dos milhões que foram, de uma maneira ou de outra jogados em publicidade em um determinado período de Governo, em 98/99.

Agora, o que me deixa mais atônito ainda, Srs. Deputados, é a questão da oportunidade e da intempestividade das coisas que são feitas oito anos depois do fato ocorrido, porque, Deputado Dobrandino, se temos notícia de um fato, de um crime, imediatamente temos que tomar providências. Não adianta você, depois de oito anos ou de seis anos, bradar por providências, eu, então, entendo a preocupação do Deputado Neivo Beraldin, vi hoje que o Deputado estava pedindo ao Deputado Duílio Genari sobre a questão de uma prestação de contas que foi aprovada pelo Tribunal de Contas e remetida aqui à Assembléia e que até agora o Presidente da Assembléia não colocou em votação. Eu fui perguntar ao Presidente Hermas Brandão e ele me disse que realmente está aí e que ele vai fazer a pauta, que quem faz a pauta é ele e que o Deputado Neivo Beraldin votou nele e ele faz a pauta de acordo com o interesse e a conveniência.

E é assim que as coisas se processam, Deputado Neivo. É o interesse e a conveniência do momento.

Estamos vendo aí, V. Exa, trouxe uma relação de pagamentos que foram efetuados por determinados órgãos de Governo a empresas de publicidade. Temos o dispositivo da ação popular. V. Exa. pode usar o dispositivo da ação popular, da ação civil pública, através de dispositivos constitucionais que existem à disposição nossa.

Então, entendo a sua preocupação, acho muito válido, mas lá no artigo 58, inciso 2º, letra A, já está o proibitivo de que V. Exa. estava querendo tratar no seu projeto de ontem.

Portanto, ontem fiquei atento ao seu reclamo, ouvi e partilhei da sua solidão, porque V. Exa. teve rejeitado um projeto. V. Exa. tinha como objetivo aprová-lo nesta Casa. Mas, fica para o próximo ano. E no próximo período legislativo, talvez nós estejamos, aqui, para aprovar algumas medidas como esta para o próximo governo, ou uma emenda Constitucional que possa ainda ser mais dura, no trato com os gastos efetuados pelo Governo com relação à publicidade.

Portanto, deixo aqui ao Deputado Neivo Beraldin os meus cumprimentos pela sua propositura e pela sua vontade de acertar, aqui, no Parlamento.

Acontece que esta Casa é por essência uma Casa de choque de interesses e de ações divergentes e convergentes que fazem o Paraná progredir e trabalhar cada vez mais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador ainda em Explicações Pessoais, por quinze minutos, Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente. Não poderia me calar diante de um discurso vazio, sem nenhum conteúdo documental e sem nenhuma lógica, feito pelo prezado amigo Deputado Scarpellini.

Quando me manifestei, foi trazendo valores repassados para cada veículo de comunicação. e reafirmei que fora investido muito mais dinheiro para publicidade e propaganda em Guarapuava, Ponta Grossa e Cascavel, do que propriamente para a saúde. E eu, sinceramente, não pretendi e nem nunca esperei atingir nenhum colega meu que tivesse algum interesse nas emissoras de rádio e jornal daquelas cidades. Mas, evidentemente, que quando se vê uma emissora de rádio receber trezentos, quatrocentos mil reais e quando você vê um jornal de desconhecido no Estado receber valores expressivos, Deputado Scarpellini, e quando a afirmativa é baseada em documentos e não em discurso... E quanto ao meu projeto V. Exa. deve entender que a Constituição, proíbe que o Deputado Estadual receba dinheiro do Estado, mas o projeto visava, além disso, aquele Parlamentar que estivesse, ou alguém com mandato eletivo que estivesse na grade da programação da televisão ou do jornal, aquela emissora, aquele veículo ficaria proibido de receber dinheiro público.

Eu provo documentalmente por que é que eu fiz esse projeto. Se não bastasse o Valérioduto, está no Paraná, um dos maiores escândalos de lavagem de dinheiro, de dinheiro que foi e talvez, dinheiro que voltou, para quem ordenou o pagamento.

Então, queria ter as bênçãos dos padres de Guarapuava, porque a emissora dos padres, coitadinhos, recebeu muito pouco, Dr. Scarpellini.

Agora, as outras figuras - e não sei quais são os proprietários de rádio e jornal de lá - receberam verdadeiras fortunas, fortuna suficiente para se dizer que pode se chamar de uma pessoa que resolveu a sua vida. Resolveu a sua vida.

Então, tudo isso é baseado em documentos. Não vamos aceitar, Deputado Scarpellini, que se faça um dis-

curso para desfazer a verdade, para desviar o foco, um discurso fácil, como se fosse um palanque. Aqui, não.

Aqui é estudo técnico. Aqui são meus assessores que levantaram documento por documento e eu, desde cedo, passo o dia comandando uma equipe técnica. Não venho aqui simplesmente desmerecer o trabalho daqueles que fazem por merecer o reconhecimento público. Por exemplo, aqui. Eu não vou nominar, mas deixo à disposição da Casa, todos os documentos que dão comprovação àquilo que falei. Não vou aceitar que joguem para o vento, palavras que possam atingir quem trabalha. Quem trabalha, constrói. Quem trabalha, tem informação. Quem trabalha, repercute a verdade e certamente eu estarei sempre pronto para sustentar as minhas palavras com documentos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Eu fui citado pelo Deputado Neivo Beraldin, como se eu estivesse fazendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não cabe Pela Ordem nessas questões, quando a pessoa é citada, Deputado Scarpellini.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 464 e 797/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 743 e 779/05 e 111/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 206, 439, 684, 749/05 e 059/06.

Levanta-se a Sessão.

